

Lutas zapatistas e sem-terra: análise sobre autonomia, eleições e burocratização

Alexander Hilsenbeck Filho*

Resumo:

Este artigo apresenta um panorama das lutas de dois expressivos movimentos sociais latino-americanos e mundiais das últimas décadas: o mexicano Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o brasileiro Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Verifica-se as potencialidades e limites concretamente vivenciados a partir de contextos e bases sociais distintas, que podem influenciar nas opções por táticas e estratégias diferentes e lançar algumas pistas à interpretação das relações entre Estado, governos e movimentos sociais do atual momento histórico do capitalismo mundial – promotor e desenvolvedor de desenhos institucionais e subjetivações políticas.

Palabras claves: Movimentos Sociais; Eleições; Zapatismo; MST.

Zapatista and Landless Struggles: An Analysis of Autonomy, Elections and Bureaucratization

Abstract:

This article presents a panorama of two of the most significant social movements in Latin America and the world in recent decades: the Mexican Zapatista Army of National Liberation (EZLN) and the Brazilian Movement of Landless Rural Workers (MST). It attempts to identify the potential and limits concretely experienced as a result of diverse contexts and social bases, that can influence the options for different tactics and strategies and to throw some clues to the interpretation of the relations between State, governments and social movements of the current historical moment of world capitalism – promotor and developer of institutional designs and political subjectivities.

Keywords: Social movements; Elections; Zapatismo; MST.

Prelúdio (metodológico e político?)

Como movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) protagoni-

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp. Professor da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero e pesquisador do Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP) na mesma instituição, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: a.hilsenbeck@gmail.com

zaram novas formas de organização e expressões ideológicas, distanciando-se de alguns elementos ortodoxos da esquerda, retomando tradições de igualitarismo da democracia direta e contribuindo, na prática, para o campo específico da luta política dos trabalhadores, em que são desenvolvidos os confrontos e, também, as relações sociais de solidariedade que os definem enquanto classe.

Desenvolveram uma forma de mobilização de classes por fora, paralelamente ou para além dos modos historicamente institucionalizados de expressões e organização, como partidos e sindicatos, com ações sólidas de base sobre questões concretas de produção e reprodução da vida social. Esses movimentos se relacionam com a terra como meio de produção e gestaram-se mais ou menos na mesma época. Partilham da influência da Teologia da Libertação e de certa leitura do marxismo, apesar de suas especificidades.

Existe uma percepção menos atenta sobre o EZLN e o MST, que considera o zapatista como um movimento autonomista, sem participação no âmbito institucional dos aparelhos de Estado (incluindo eleições e alianças com grupos e partidos), enquanto o MST é visto como um movimento que possui uma estratégia de disputa dos aparelhos do Estado (incluindo a perspectiva de apoio e participação eleitoral a governos). Alguns exemplos corroboram essa análise: enquanto no México, um dos principais porta-vozes e chefe militar do EZLN continua um crítico ácido à candidatura do Andrés Manuel López Obrador (do Partido Revolucionário Democrático) à presidência da nação; no Brasil, o maior dirigente do MST há pouco tempo dizia que se Dilma (do Partido dos Trabalhadores) não ganhasse as eleições, iriam parar o país.

São inúmeras as leituras sobre as possíveis virtudes ou deficiências das opções e estratégias políticas desses movimentos, geralmente buscadas como “tipos puros” ou “ideais” (independentemente da corrente ideológica). Mas, numa perspectiva concreta de atuação, em época de refluxo da luta dos trabalhadores, a questão deve ser prática e observar os contextos e processos históricos, como comprova os caminhos distintos do EZLN e do MST.

Apesar das influências políticas em suas origens, esses movimentos não podem ser considerados puramente marxistas ou totalmente anarquistas, devendo-se evitar certas idealizações sobre seus processos de luta. Os movimentos sociais contemporâneos atuam a partir de certas características, métodos, práticas, objetivos e perspectivas mais ou menos marxistas, mais ou menos anarquistas, mais ou menos libertários ou autonomistas. São constantes as contradições e as disputas externas e internas aos movimentos e lutas sociais, que os dirigem mais para um ou outro horizonte. A análise política não deve ser uma simples reprodução de defesa de processos políticos, nem se isentar de uma crítica à luta ou aos movimentos.

Portanto, não se trata de apresentar dicotomias monolíticas, como luta autônoma *versus* luta institucionalizada. A institucionalização pode compreender participações em instituições já reconhecidas pelo sistema político ou a constituição de novas instituições. Participação não é necessariamente cooptação; tampouco negociação é perda de autonomia (Galvão, 2009). Encerrar a luta do EZLN e do MST numa questão dualista, seria ocultar outros campos de conflito e de suas contribuições, em mais de duas décadas de luta social.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O MST pode ser considerado herdeiro da trajetória das lutas agrárias no Brasil, dos Quilombos às Ligas Camponesas, de Canudos ao Contestado, passando pelas experiências dos sindicatos rurais, dentre outros fios que tecem a memória da resistência no país. O MST é o primeiro movimento de trabalhadores rurais em âmbito nacional que adotou, em conjunto com a luta pela reforma agrária, outros objetivos políticos.

Desde a fundação do Movimento, os Sem Terras percebiam-se como trabalhadores explorados e expulsos do campo pela modernização da agricultura. Entendiam que a luta pela terra não poderia circunscrever-se ao direito de permanecer na terra e que, portanto, esta luta fazia parte de um movimento político maior, para o fim da exploração e garantia de justiça social. O adjetivo “sem terra” foi adotado pelo Movimento a partir da forma como a imprensa se referia a ele. Também foi incorporada a denominação “trabalhadores rurais” para assumir seu pertencimento de classe na sociedade capitalista. Trabalhadores rurais sem terra sugerem, assim, “a existência de um elo entre todos os trabalhadores rurais que não possuem terra em quantidade suficiente para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, denunciar a situação de exploração a que é submetida grande parcela da classe trabalhadora que vive ou trabalha no campo brasileiro, sem o controle sobre a posse da terra” (Neto, 1999: 20).

Em suas três décadas de existência, a base heterogênea do MST foi composta por pequenos produtores familiares (produzindo de forma individual ou coletiva) e por um contingente de trabalhadores (de origem camponesa ou urbana) desempregados ou subempregados (na cidade e/ou no campo). O movimento pode ser caracterizado como “um misto espantoso de religiosidade popular, revolta camponesa ‘arcaica’ e organização moderna, na luta radical pela reforma agrária e, em longo prazo, por uma ‘sociedade sem classes’” (Löwy, 2001: 12). Articula certa tradição marxista, lideranças carismáticas e memórias de tradição clássica de esquerda, em místicas e símbolos atualizados por categorias como identidade e valorização cultural, materializados numa prática de mobilização dos trabalhadores por mudanças concretas e pontuais na sociedade (Santos, 2013:

297). Apesar das influências diretas e indiretas de sindicatos, partidos e de setores da Igreja Católica, o MST afirmou sua autonomia em relação a estas instituições.

Fernandes (2010) identifica quatro momentos da formação do MST, que respondem às decisões de suas instâncias políticas e à mudança na conjuntura brasileira e mundial: 1) gestação (1979-1984), quando lançam as bases de seu processo formativo; 2) consolidação (1985-1989), momento de maior difusão das ações em escala nacional e a configuração de sua estrutura organizativa; 3) institucionalização (início dos anos 1990), com a ampliação da sua estrutura organizativa, interlocução com o governo federal sobre a reforma agrária e reconhecimento internacional; 4) mundialização dos movimentos camponeses (a partir da segunda metade de 1990), com a criação da Via Campesina, com a articulação de uma rede de movimentos, com mobilizações conjuntas em várias partes do mundo e com maior poder de pressão política e de resistência.

Além da cerca do latifúndio, o MST buscou derrubar outras dimensões estruturais da sociedade brasileira, como a cerca da ignorância que impede o acesso à educação de qualidade para a população mais pobre, sobretudo nas áreas rurais. Para o movimento, é necessário derrubar o latifúndio cultural para que os camponeses (e a população mais desprovida) tenham acesso a outros tipos de conhecimento, à fruição do *belo* e da arte, incorporando a esfera cultural¹. Diversas dimensões são articuladas à reforma agrária, mesclando luta por direitos civis, políticos e sociais, com igualdade entre gêneros (Gonçalves, 2005), dentre outros.

Baseado na *ação direta* como método de luta, o MST ocupou terra e desenvolveu uma série de ações sociais (envolvendo grandes massas e famílias inteiras) como forma de pressão ao poder público (com o peso do Movimento nas negociações) e como forma de politização e educação dos seus militantes. Essa dupla característica talvez seja uma das razões da polarização entre privilegiar as negociações ou priorizar as potencialidades antissistêmicas abertas pela luta.

Esse tipo de ação direta é importante para um movimento que nasce e se desenvolve na luta prática, afirma-se e constrói esse modelo de sociedade alternativo e coletivo. No Brasil, o MST abriu este campo, utilizado por outros movimentos sociais, ressaltando o caráter demagógico e sem concretude prática dos discursos dos partidos políticos tradicionais (Bernardo, 2005).

O Movimento surgiu em um contexto comum à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), de luta contra a Ditadura Militar, pela redemocratização do país. A tática da “pinça” foi utilizada para

¹ Em Hilsenbeck Filho (2016a) discorremos sobre a experiência do MST com o Teatro do Oprimido, ressaltando certas potencialidades no uso desta arte como ferramenta política e de sociabilidades.

efetivar o Projeto Democrático Nacional, com a perspectiva de que as lutas por reformas democráticas na sociedade gerariam um acúmulo de forças para o projeto socialista. Em linhas gerais, seria uma combinação da luta institucional com a auto-organização dos trabalhadores, ou seja, com a pressão de organizações populares e de base (CUT e MST) e a ação institucional (PT) se formaria uma aliança histórica dessas organizações.

João Bernardo (2005) chama a atenção para os campos opostos que formaram o PT e a CUT com seus movimentos de base e suas cúpulas. No Partido, os movimentos de base eram formados principalmente pelas organizações de bairro, que chegaram a assumir formas bastante desenvolvidas e complexas, organizando de modo cooperativo escolas, creches etc.; enquanto que com a CUT, essa mobilização de base consistia nas comissões de trabalhadores e nas oposições operárias, contra o sistema sindical herdado da época de Getúlio Vargas e mantido pela ditadura militar. Em outro campo dessas organizações, as forças de cúpula eram contrárias à reestruturação política e social a partir da base e, portanto, buscavam assumir a iniciativa e moldar as bases às formas tradicionais. Isso levou à liquidação das iniciativas de base e à reestruturação do movimento político e sindical em formas centralistas e autoritárias (Bernardo, 2005).

Esse processo contou com subsídios externos regulares para infraestruturas que reforçavam as cúpulas em detrimento das bases. Aos poucos o PT substituiu as atividades nas comunidades de bairro pela conquista eleitoral de prefeituras e, posteriormente, de governos estadual e federal². A CUT abandonou a estrutura assentada nas oposições sindicais e nas comissões de fábrica, em benefício de um sindicalismo autoritário e fortemente burocratizado. Para João Bernardo, ao “liquidarem as iniciativas de base, o PT e a CUT deixaram de se apresentar como organizações em ruptura com o capitalismo e passaram a colaborar na remodelação interna do capitalismo” (2005: 02).

O MST, por sua vez, em três décadas, foi o principal movimento social do país e um dos mais relevantes do mundo, como referência anticapitalista e de resistência às políticas de cunho neoliberais, especialmente na década de 1990. Certamente ocorreram diversas mudanças quanto à orientação política e à ação prática do Movimento, aprofundadas nos treze anos de governos do PT. Para Aliaga e Rubbo (2016), “a própria atuação ‘transformista’ do Partido dos Trabalhadores, especialmente com sua ascensão ao governo federal, provocou um cenário de intensa confusão ideológica entre esquerda e direita e de remanejamento estratégico dos movimentos sociais. É justamente nesse contexto que ocorre o ‘transformismo’ do MST”. Houve o esvaziamento do conteúdo

² Para algumas interpretações sobre a história e trajetória do PT, ver Secco (2011) e Santos (2016).

ideológico do Movimento com a priorização das políticas públicas do Estado, com repercussão prática no enfraquecimento das ações diretas maciças.

Esses elementos, que se acentuaram nos governos federais do PT, explicam parte do processo, mas suas raízes não são suficientemente explicadas por uma “confusão ideológica” ou por um remanejamento estratégico. Desde seu início, o Movimento caracterizou-se pela negociação com entes estatais, mas também pela pressão da ação direta, inclusive com relações sociais antissistêmicas e solidárias das necessidades de suas bases, como no caso das cirandas infantis, das cozinhas comunitárias e cursos de formação técnica e política.

Vários aspectos desse processo de crise do MST se aprofundam nos governos de Lula (2003-2010) e de Dilma (2011-2016). Por exemplo, as ligações do MST com grandes corporações do agronegócio, como a opção em certas regiões pelo monocultivo para a produção de biocombustíveis; a introdução da lógica empresarial em grandes cooperativas; a tentativa de explicar como o crescimento de uma ideologia menos aguerrida (mais próxima do empreendedorismo social ou da sindicalização do movimento) corresponde a uma série de práticas sociais concretas no interior de assentamentos, cooperativas e posicionamentos das direções (Hilsenbeck Filho, 2013a).

A questão principal não está somente na participação governamental, mas como isso se refletiu na estrutura interna do MST e nas relações desenvolvidas com o governo, com grandes empresas nacionais e transnacionais e com a própria classe e base assentada.

Nos governos Lula (2003 a 2010), foi “selada uma aliança entre os grandes pecuaristas e fazendeiros capitalistas e as multinacionais que controlam o comércio internacional de *commodities*, o comércio de sementes, a produção de pesticidas e a agroindústria” (Stédile, 2007: 50). O papel do agronegócio foi um dos carros-chefe dos governos do PT, exemplificado pelo crescimento das exportações de *commodities* agrícolas; o aumento de oligopólios (inclusive sobre a oferta e distribuição de alimentos); a expansão da fronteira agrícola para o monocultivo em biomas tão variados (e vulneráveis) como o Amazonas, o cerrado e a caatinga; a liberação de diversos tipos de sementes transgênicas e pesticidas etc.

A consolidação da hegemonia do agronegócio sempre contou com o apoio financeiro oficial dos governos (incluídos os do PT³), que primaram politicamente

³ Difícilmente algum governo adota medidas em prol dos setores sociais mais vulneráveis e da classe trabalhadora sem que haja um movimento de massas que o impulsione, aliás, como foi repetido à exaustão por dirigentes do próprio PT e de movimentos sociais, na órbita (ainda que como satélites menores) do projeto de “neonacionaldesenvolvimentismo” (Almeida, 2015), do então governo de conciliação.

pelo agronegócio exportador⁴ e não pela reforma agrária. Então, não se trata necessariamente da participação em eleições e de negociação com governos ou de confusão de suas linhas ideológicas, mas de uma evolução de fatores. O pragmatismo político do projeto de Reforma Agrária adotado como fruto das pressões da agroindústria (como junção do capitalismo industrial e agrário), e as “alternativas” das parcerias com empresas transnacionais, apresentadas pelos governos e endossadas pelo MST e suas lideranças, são uma tentativa de inserção no mercado, mas que se limitou a alguns assentamentos, regiões e cooperativas com capacidade de serem “jogadoras” na competição de mercado.

A relação entre MST, governos e empresas não deveria ser entendida como uma especificidade brasileira, mas como exemplo do amplo projeto que envolve grandes instituições internacionais, como o Banco Mundial, para a assimilação e neutralização da crítica social radical e das alternativas práticas representadas por alguns movimentos. Esse projeto envolve uma forte engenharia social e política de controle social (formulados nos *think tanks* do pensamento econômico e político) que elimina a radicalidade (também de subjetivação e racionalidade), com a participação em programas e projetos governamentais (por vezes com parcerias público-privadas), promovendo a autogestão da própria miséria.

Separados do conflito e da ação direta como mecanismo de luta e participando de negociações em gabinetes e escritórios, corre-se o risco de perda do sentido emancipatório das ações, convertendo as mobilizações num conjunto de técnicas esterilizadas que neutraliza a formação de uma consciência crítica da luta social como potencialidade transformadora. As energias contestatórias ao sistema são transplantadas de forma lenta, mas gradual e consistente, para espaços administrativos, reforçando os elementos burocráticos nos movimentos sociais. Essa modificação (da disrupção para a integração) é conseguida sem enfrentamento aberto e sem a politização que os espaços de luta possibilitam, substituídos por acordos e negociações “pelo alto”, impondo a necessidade de corpos técnicos especializados nas gramáticas dessa engenharia social. No interior dos movimentos, desenvolvem-se então as relações necessárias para acessar recursos, prestar contas, investir etc., isto é, gerir projetos empreendedores no mercado (de apelo mercadológico), ocupando um lugar central na vida ordinária do próprio MST, em detrimento dos aspectos contestatórios, horizontais e autônomos, propositalmente impedidos pelo próprio desenho social de tais estruturas. De maneira gradual e sem grandes conflitos externos, uma nova forma de gestão vai se impondo aos movimentos, quase como um percurso “natural”

⁴ Existe um entrelaçamento dos poderes do Estado em relação ao agronegócio, desde as bancadas de deputados e senadores “ruralistas”, passando pelo apoio do judiciário, e com o financiamento do executivo. Ver Castilho (2013).

e propagado como o único e realmente possível. Por esta razão, não são exatas as interpretações que acusam a direção do MST de estar descolada da base. A postura empreendedora e de autogestão da miséria com vistas à integração (secundária) no mercado, pode também estar em sintonia com a aspiração de amplos setores de sua base social, em detrimento do caráter formativo e político que caracterizou o movimento.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não se resume a uma ideologia e a um tipo de política econômica, ainda que também possua essas características. Trata-se de um sistema mundial normativo mais amplo, espreado a lógica do capital a todas as relações sociais e esferas da vida. Causaria espanto se tal racionalidade e subjetivação não abarcassem também as práticas e sociabilidades dos movimentos sociais. Para a construção de alternativas que permitam vislumbrar pontos de fuga, é crucial compreender essa modalidade prática de dominação, cuja lógica gerencial e participativa acaba integrando a ação política dos movimentos sociais, levando paradoxalmente para certa “autogestão da submissão”, a um empoderamento para gerir a própria dominação. Uma integração subalterna na gestão da barbárie, em que base e militância são mantidas sempre mobilizadas, mas em microiniciativas, gerenciando as pequenas demandas locais e pontuais ou os resquícios sempre insuficientes dos orçamentos públicos e/ou privados.

Portanto, não surpreendem nem as negociações do MST com um governo que tinha por “heróis” e “braços direitos” os ruralistas, nem seus negócios e reuniões mensais com o governo do PSDB do estado de São Paulo (Fernandes e Chapola, 2016). Também não surpreendem os acordos eleitorais com o PSDB em cidades menores (Flávio, 2016); ou o apoio ao candidato do Partido Progressista em Itamaraju, articulado pela direção nacional do PT com o governo do estado da Bahia (Monteiro, 2016); algo que já ocorria pelos menos desde 1996 (em outro contexto), quando o MST apoiou quatro prefeitos do Pontal do Paranapanema e de Presidente Prudente, dois do Partido da Frente Liberal (PFL) e dois do PSDB (Malavolta, 1996).

Estes fatos mostram que não se tratam de simples elementos conjunturais, locais, específicos ou acessórios. São fragmentos de um mosaico que permitem elucidar e explicar o amplo quadro das atuais dificuldades para a luta dos movimentos sociais. Ignorá-las é vender derrotas como vitórias.

Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Nas primeiras horas do primeiro dia de 1994, milhares de indígenas de diversas etnias maias tomaram em armas sete cidades do estado de Chiapas, no México. Levantaram-se contra o tratado de livre comércio (NAFTA), que entrava em vigor naquele dia; pela democratização de um sistema político que, por mais

de sete décadas, teve o mesmo partido no poder federal: o Partido da Revolução Institucional (PRI). Empunhavam a bandeira de dignidade dos povos indígenas, pelo respeito às suas formas tradicionais de vida e cultura, protagonizando novas experiências de aprofundamento democrático nos territórios conquistados.

Desde o seu levante armado, o EZLN utilizou diversas táticas, tornando-se uma antípoda das clássicas experiências guerrilheiras. Com capacidade de autocrítica e de reconstrução, realizou vigorosa crítica ao sistema dominante e às práticas da própria esquerda, gerando um intenso debate sobre o papel ocupado pelo Estado, pela “sociedade civil”, pela via armada e pelos partidos políticos, na construção de uma alternativa ao capitalismo. Usou a comunicação convencional, a cultura e a arte como elementos do conflito e como campos de inovação das experiências políticas.

Em verdadeiras performances ativistas, os indígenas zapatistas inspiraram nova onda de rebeldias pelo mundo⁵. Em seus vinte e três anos de vida pública (e mais de trinta de clandestinidade), o EZLN passou da fase da crítica das armas para das armas da crítica, do fogo para a da palavra (que permanece armada).

Muitos procuraram interpretar o zapatismo a partir de suas preferências políticas e ideológicas, como um movimento de fluxos comunicacionais; de guerra de palavras; de negação total do Estado e da forma política democrática ocidental (ou de capitalismo democrático). Outros deram ênfase às características indígenas do movimento; alguns à presença marxista e maoísta em sua formação e ao fato de terem tomado os meios de produção.

Na leitura do movimento zapatista exclusivamente por algumas matrizes interpretativas, perdem-se diversos elementos da sua complexa totalidade (Hilsenbeck Filho, 2016b). O EZLN negou clássicas definições e modificou suas relações com o poder, com as formas de se autogovernar e com as eleições, a partir de questões concretas da conjuntura e história mexicana.

O grupo guerrilheiro urbano da Frente de Libertação Nacional embrenhou-se nas selvas e montanhas para realizar trabalho de base nas comunidades indígenas, transformando-se em um exército das próprias comunidades. Tornou-se um movimento social armado, com força no diálogo com setores subalternos da sociedade mexicana e mundial. Fortaleceu sua autonomia com a autoconstrução de outro modo de vida em seus territórios liberados, até chegar o momento de

⁵ Certas características dessa conflitualidade e complexidade zapatista foram abordadas em nossa dissertação de mestrado, buscando analisar a práxis política do EZLN (Hilsenbeck Filho, 2007). Sobre a questão do papel estratégico da comunicação, ver Hilsenbeck Filho (2010); acerca da relação com a literatura, consultar Hilsenbeck Filho (2013b) e sobre o EZLN como expressão da resistência ao neoliberalismo (Hilsenbeck Filho, 2008).

concorrer nas eleições presidenciais do país, com uma candidatura autônoma e coletiva de uma mulher indígena. São muitos e complexos os caminhos percorridos pelo zapatismo.

No tocante às eleições, o EZLN apoiou e capitaneou a Convenção Nacional Democrática em 1995, liderada por Lázaro Cárdenas, do Partido Revolucionário Democrático (PRD). Nas eleições locais para o governo do estado de Chiapas em 1994, apoiou o advogado e jornalista Amado Avendaño (também do PRD) com o compromisso de convocar uma assembléia constituinte.

Em outros momentos, buscou a construção de frentes de esquerda e do campo progressista, com diversos partidos e organizações. Mas, não foi uma reedição do Projeto Democrático (Nacional) Popular brasileiro, em que as lutas por reformas democráticas gerariam um acúmulo de forças para o projeto socialista, a partir da tática de “pinça”. Nas comunidades indígenas zapatistas há uma democracia participativa, com o mecanismo popular de revogação de mandatos (*accountability*), rotatividade, cargos sem remuneração e passagem do comando das comunidades do militar para o civil⁶. A negativa de “tomar o poder” não significa uma negação ao exercício do poder popular em suas comunidades⁷.

Na *Marcha da Cor da Terra*, em 2001, os zapatistas saíram de Chiapas para a capital do país com massivo apoio popular. Encontraram o *Zócalo* (praça principal) da Cidade do México com milhares de apoiadores, contrapondo-se ao vazio do Congresso da União e dos três poderes, que se negaram a aprovar as Leis Indígenas da COCOPA (Comissão para a Concórdia e Pacificação), como acordado década antes com os zapatistas, governo, organizações do Congresso Nacional Indígena (CNI) e setores progressistas. Contrariamente, o parlamento, em conjunto com o executivo e com o aval do judiciário, aprovaram uma contrarreforma que deturpava os acordos estabelecidos.

Para o Subcomandante Marcos, a partir deste momento, com essa classe política mexicana não havia mais nada a se fazer, nem mesmo rir. Caberia aos zapatistas e suas bases fortalecerem a autonomia nos territórios libertados.

Há uma postura antissistêmica zapatista de não receber apoio de programas governamentais e construir autonomamente as novas relações políticas e sociais. Demonstram, contudo, que suas comunidades não são “uma ilha de utopia para uma esquerda órfã” e que é necessária a ampliação das lutas, o que significa também a união na diversidade das distintas lutas fragmentadas da classe trabalhadora.

⁶ Algumas referências fundamentais: Brancaleone (2015); Reynoso e Sánchez (2015); Ramírez (2003); Millán (s/d).

⁷ Poder popular tão declamado em canções e gritos de protesto Brasil e América Latina afora. A inversão da lógica do exercício do poder questiona as experiências das esquerdas no exercício desse poder (com todas as mediações necessárias).

Ao lançar a *Outra Campanha* em 2005 (VI Declaração da Selva Lacandona), o zapatismo apresentou a proposta de uma democracia mais direta, questionando o simulacro democrático de participação e representatividade dos sistemas democráticos modernos. Propôs também uma agenda, para conhecer outras formas de resistências anticapitalistas e elaborar um plano nacional de lutas, com redes de rebeldias micros e cotidianas. Nesse contexto, o Subcomandante Marcos percorreu o país como “Delegado Zero”, mas foi detido pela repressão governamental às resistências populares em Atenco e Oaxaca⁸.

A Outra Campanha foi lançada na mesma data das campanhas oficiais à presidência, com a possível vitória de AMLO (Andrés Manuel López Obrador) do PRD, não apoiado pelos zapatistas, devido a denúncias de assassinatos, prisões e repressões cometidas por membros de partidos ligados à sua candidatura. Os zapatistas buscaram combinar a construção local autônoma com intervenções que abrissem horizontes políticos práticos, através de ações diretas para a construção de alternativas políticas concretas.

Essa perspectiva gerou críticas à atuação política zapatista, que perdeu “aliados” no campo progressista da esquerda institucional. Atribuiu-se aos zapatistas a derrota do AMLO à presidência (independente das acusações de fraude eleitoral). Os encontros zapatistas tornaram-se mais endógenos, com um público mais cativo e menor, voltados à discussão do processo de consolidação de suas autonomias. Na última década, os zapatistas reduziram sua presença no cenário nacional e internacional, influenciando menos nos debates do México, coincidindo com a pouca presença das questões indígenas em âmbito nacional. Mas, não cessaram as repressões desde cima, nem as formas de resistência dos de baixo.

Nesse contexto de crescente repressão nacional às comunidades indígenas, e perda de direitos internacionais da classe trabalhadora, em 2016, os zapatistas lançaram um comunicado conjunto com o CNI sobre uma possível candidatura independente indígena para representar o conselho de governo das comunidades. No lançamento da *Outra Campanha*, onze anos atrás, afirmaram: “chegou a hora de arriscar outra vez e dar um passo perigoso”. No novo comunicado enfatizaram: “É hora de passar para a ofensiva, quando terminarmos esse processo, vocês verão que talvez não precisemos de uma candidatura, pois já teremos força para ‘derrubar’ esse e todos os outros governos, construindo nossa autonomia”.

Proposta arriscada dos zapatistas? Sem dúvida, tanto no que se refere à legitimidade (caso não consigam apoio à sua pauta) como no que tange aos ris-

⁸ Sobre Atenco e a resistência da população contra o governo, ver o documentário *Romper el cerco*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qY1VwjT9wil>. Sobre a luta dos professores e do povo de Oaxaca, ver Denhan e Colectivo C.A.S.A. (2011); Brancalione (2008).

cos de burocratização desse tipo de jogo eleitoral de participação institucional. Porém, não se pode esquecer o risco concreto de isolamento, de retrocesso das conquistas e dos constantes ataques aos povos indígenas no México, que encurralam as opções zapatista (Hilsenbeck Filho, 2016b).

Considerações finais

As várias contradições que enfraquecem a luta zapatista e a dos Sem Terra, como a burocratização em seu interior e a assimilação de seus aspectos mais radicais para uma composição com instituições do sistema, não podem ser subestimadas. Enquadrar as virtudes e deficiências das opções táticas e estratégicas, a partir de uma teoria preconcebida, é diferente de refletir sobre uma perspectiva concreta de ação política, principalmente num momento de refluxo das lutas dos trabalhadores e de projetos contra-hegemônicos.

As questões e respostas apresentadas aos movimentos sociais devem ser de ordem prática, mas dependem dos contextos e processos históricos, como mostram o EZLN e o MST. Do contrário, corre-se o risco de enxergar por lentes distorcidas os movimentos e a própria realidade. Deste modo, não se trata de um “purismo de tipo ideal” sobre participar ou não das eleições, de negociar ou não com o Estado, de optar por A ou B numa prateleira de teorias. Cabe analisar as trajetórias processuais em cada contexto particular, considerando as táticas e estratégias de cada movimento, as conseqüências e respostas que obtiveram na inter-relação com outros atores e conjunturas específicas. As determinações estruturais de ordem política, social e econômica, moldam também as opções e capacidade de escolhas de cada movimento.

As lutas dos sem terras e dos zapatistas geraram (de formas mais efêmeras ou perenes) espaços e modos de sociabilidades antagônicos aos dominantes, como imperam nas relações sociais hegemônicas. Tais tendências (em potencialidade), ainda que não efetivem propriamente mudanças revolucionárias, no sentido de modificações estruturais radicais num curto espaço de tempo (e tem-se que considerar que são experiências criadas e amadurecidas no cotidiano desses dois movimentos, carregando consigo o símbolo de contradição impostos pelas carências e pela dureza que limitam a vida das pessoas em tais processos históricos de luta), não deixam de ser importantes como espaços de *porvir*; de criação de algo novo, de novas formas políticas e de relações sociais, nas quais podem se ancorar – a partir da criação desse quadro social existente – novas ideias e concepções, permitindo vislumbrar no presente as possibilidades abertas ao futuro, que não existiam no passado mais imediato. A atualidade dos desafios e encruzilhadas colocadas para estes movimentos demonstram, parcialmente, o fio da navalha no qual não apenas eles se equilibram, mas as lutas sociais contemporâneas.

Em janeiro de 1984, no I Encontro Nacional, no sul do Brasil, o MST aprovou princípios gerais de “Lutar pela reforma agrária já” e “Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo”. Em janeiro de 1994, no sul do México, veio a público um exército indígena que, como o movimento brasileiro de despossuídos da terra, identificava a única possibilidade de uma existência digna na luta contra esse sistema social. Entre clandestinidade e vida pública, vão-se mais de três décadas de lutas, agruras, desafios e conquistas dos dois movimentos sociais. Inspiração e ensinamento (nas experiências de derrota e sucesso) para tantas outras rebeldias que resistem cotidianamente, em diversos cantos do mundo, contra um sistema que tem no ser humano, (bem como no seu entorno e natureza) uma mera mercadoria a ser dominada e explorada.

Bibliografia

- ALIAGA, Luciana; RUBBO, Deni A. (2016). MST: a reforma agrária dentro da ordem. *Le Monde Diplomatique-BR*, 17 de fevereiro.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2015). Neonacionaldesenvolvimentismo e relações de classe nos governos Lula. *Lutas Sociais*, vol. 19, n. 35, São Paulo.
- BERNARDO, João (2005). O PT brasileiro vinte anos depois. *Política Operária*, n. 98, Lisboa
- BRANCALEONE, Cássio (2015). *Teoria social, democracia e autonomia*. Uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista. Rio de Janeiro: Azougue.
- _____ (2008). Em busca do governo barato? A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca como experimento de (re)criação política. *Lutas Sociais*, n. 19-20, São Paulo.
- CASTILHO, Alceu L. (2013). *Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2016). *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.
- DENHAN, Diana; Collectivo C.A.S.A (orgs.) (2011). *Ensenando rebeldia: histórias de la lucha popular oaxaqueña*. Espanha: PM Press.
- FERNANDES, Ana; CHAPOLA, Ricardo (2016). Líder do MST diz que São Paulo fez ‘melhor lei de terras’ e provoca Dilma a fazer o mesmo. *O Estado de S. Paulo*. 14 de janeiro. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,alckmin-sanciona-nova-lei-de-terras-e-diz-que-assentados-nao-tem-filiacao-partidaria,10000007076>. Acesso em 12 de abril de 2016.

- FERNANDES, Bernardo Mançano (2010). Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.) *Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Unesp.
- FLAVIO, Mario (2016). MST declara apoio a Raquel Lyra. *Blog do Mário Flávio: Política de A a Z*. Disponível em: http://blogdomarioflavio.com.br/vs1/mst-declara-apoio-a-raquel-lyra/#.V_0e1iRMcxs.twitter. Acesso em 12 de outubro de 2016.
- GALVÃO, Andréia (2009). Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina. In: *XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association*. Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, Renata C. (2005). *Vamos acampar: a luta terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp: Campinas.
- HILSENBECK FILHO, Alexander M. (2016a). Teatro do Oprimido e Movimento Sem Terra. In: BERGER, W. (org.). *O espelho do outro. Teatro do Oprimido com povos e comunidades tradicionais*. Rio de Janeiro: Luminária Academia.
- _____ (2016b). Os zapatistas e as eleições. *Passa Palavra*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/11/109808>.
- _____ (2013a). *O MST no fio da navalha*. Dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp: Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000917308>.
- _____ (2013b). Literatura e Resistência: a palavra armada zapatista. *Communicare*, vol. 13, n. 2, São Paulo. Disponível em <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/Literatura-e-resit%C3%A0ncia.pdf>
- _____ (2010). O poder da palavra e a palavra do poder: a guerrilha informacional entre o papel e o fuzil. In: DOURADO; PRAXEDES (Org.). *Teorias e pesquisas em Ciências Sociais*. Maringá: Eduem.
- _____ (2008). Por um mundo onde caibam muitos mundos: os zapatistas e as não-fronteiras da resistência e da esperança. *Lutas Sociais*, n. 19-20, São Paulo.
- _____ (2007). *Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Unesp: Marília. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88801/hilsenbeckfilho_am_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- LÖWY, Michel (2001). A Mística da Revolução. *Folha de S. Paulo, Caderno Mais!* 01 de abril.

- MALAVOLTA, Luiz (1996). PFL e PSDB recebem apoio dos sem-terra. *Folha de S. Paulo*, 02/10/1996. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/02/caderno_especial/3.html. Acesso em 13 de julho de 2016.
- MILLÁN, Abelardo (s/d). *EZLN: Revolución para la Revolución (1994-2005)*. Espanha: Editorial Popular.
- MONTEIRO, Raul (2016). Itamaraju: MST apoia aliança do PT com PP para o pleito de outubro. *Política Livre: a política levada a sério*. Disponível em: <http://www.politicalivre.com.br/2016/08/itamaraju-mst-apoia-alianca-do-pt-com-pp-para-o-pleito-de-outubro/> Acesso em 13 de outubro de 2016
- NETO, Luiz Bezerra (1999). *Sem-Terra aprende e ensina*. Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores associados.
- RAMÍREZ, Glória M. (2003). *EZLN 20 y 10 el fuego y la palabra*. México: Rebeldía.
- REYNOSO; SÁNCHEZ (2015). *En busca de la libertad de los de abajo: la demoeleuthería*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- SANTOS, Arlete (2013). *Ocupar, resistir e produzir também na educação*. O MST e a burocracia estatal: negação e consenso. Tese (Doutorado em Educação). UFMG, Belo Horizonte.
- SANTOS, Fabio Luís Barbosa (2016). *Para além do PT*. São Paulo: Elefante.
- SECCO, Lincoln (2011). *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- STÉDILE, João Pedro (2007). The Neoliberal Agrarian Model in Brazil. *Monthly Review*, vol. 58, n. 9, New York.